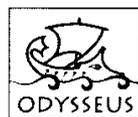


Bruce G. Trigger

HISTÓRIA DO
PENSAMENTO
ARQUEOLÓGICO

Tradução: Ordep Trindade Serra



17067
Museu de Arqueologia e Etnologia
Universidade de São Paulo
BIBLIOTECA

P

CCFZ
T808h
PORT.
EX. 2

N Reg. 1423303

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Trigger, Bruce G.
 História do pensamento arqueológico /
 Bruce G. Trigger: tradução Ordep Trindade Serra;
 [revisão técnica Lucas de Melo Bueno, Juliana Machado].
 São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

Título original : A history of archaeological thought

Bibliografia.

1. Arqueologia – Filosofia – História
 2. Arqueologia – História
 I. Título.

04-0668 CDD-930.109

Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil

Índice para catálogo sistemático:

1. Pensamento Arqueológico : História 930.109

© Cambridge University Press

© Bruce G. Trigger

Todos os direitos desta edição reservados:

© 2004 Odysseus Editora Ltda.

Editor responsável: Stylianos Tsirakis

Tradução: Ordep Trindade Serra

Preparação: Briggite Klein

Revisão Técnica: Lucas Melo Bueno e Juliana Machado

Revisão: Daniel Seraphim

Projeto Gráfico: Odysseus Editora e Fabiana Martins de Souza

Capa e Diagramação: Odysseus Editora e Fabiana Martins de Souza

Odysseus Editora Ltda.

R. Macunis, 495 – CEP 05444-001 – Tel./fax: (11) 3816-0835

E-mail: editora@odysseus.com.br – www.odysseus.com.br

DEDALUS - Acervo - MAE

Edição: 1 – Ano: 2004

ISBN 85-88023-57-1



21600017825

Capítulo 1

A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA

Embora haja uma indústria acadêmica principal ... dizendo aos cientistas sociais ... como eles podem tornar-se verdadeiros cientistas, há uma outra, de produção igualmente vigorosa, supostamente a confirmar que o estudo dos homens e da sociedade não pode ser científico.

Ernest Gellner, *Relativism and the Social Science* (1985), p. 120

A partir da década de 1950, a arqueologia, sobretudo na América do Norte, passou da ortodoxia histórico-cultural (em que parecia comprazer-se) a inovações teóricas ambiciosas. A última delas, ao invés de inaugurar um novo consenso, levou a crescentes divergências no tocante aos objetivos da disciplina e ao modo como esses objetivos podem ser alcançados (Dunnell, 1983: 535). Em número cada vez maior, muitos arqueólogos, na esteira de historiadores e sociólogos, abandonaram a certeza positivista e passaram a ter dúvidas acerca da objetividade de sua pesquisa. Advertem esses arqueólogos que fatores sociais determinam não apenas as questões que eles colocam, mas também as respostas que julgam convincentes. Versões extremas desta concepção negam que os arqueólogos possam apresentar interpretações de seus dados que não sejam um mero reflexo de valores transitórios das sociedades nas quais vivem. No entanto, se é verdade que a arqueologia não pode produzir algum tipo de entendimento cumulativo e um comentário do passado independente, ao menos em parte, de contextos históricos específicos, então que justificativas científicas (e não apenas políticas, psicológicas ou estéticas) podem ser dadas para se fazer pesquisa arqueológica?

Esse livro examina as relações entre a arqueologia e seu meio social em uma perspectiva histórica. Um tal enfoque possibilita uma visão comparativa a partir da qual problemas relativos a subjetividade, objetividade e acumulação gradual de conhecimento podem ser apreciados. Nos últimos anos, um número cada vez maior de arqueólogos passou a concordar com

o filósofo e arqueólogo R. G. Collingwood (1939: 32) quanto a que “nenhum problema histórico deve ser estudado sem que se estude ... a história do pensamento histórico a seu respeito” (Dunnell, 1984: 490). Pesquisas históricas acerca da interpretação arqueológica se multiplicaram e foram adotadas metodologias mais sofisticadas (Trigger, 1985a). A este enfoque, porém, não lhe faltam críticos. Michael Schiffer (1976:193) declarou que os cursos de pós-graduação devem deixar de ser “histórias do pensamento” e, em vez disso, devem expor, de forma articulada, teorias contemporâneas. Sua colocação encarna o ponto de vista segundo o qual a verdade, ou falsidade, de formulações teóricas independe de influências sociais e, portanto, da história, podendo ser determinada pela aplicação científica de procedimentos válidos de avaliação a conjuntos de dados adequadamente reunidos. Levado ao extremo, este ponto de vista implica que a história e a filosofia da arqueologia estão inteiramente desconectadas uma da outra. Ironicamente, a análise histórica oferece um posto de observação privilegiado a partir do qual os méritos respectivos dessas duas posições contrastantes podem ser apreciados.

Os próximos capítulos passarão em revista as principais idéias que influenciaram a interpretação dos dados arqueológicos, principalmente nos últimos duzentos anos. Examinarei cuidadosamente alguns dos fatores sociais que ajudaram a delinear as idéias que estruturam esta obra, e o impacto recíproco das interpretações arqueológicas sobre outras disciplinas e sobre a sociedade. Para fazê-lo, é necessário comparar os modos como o pensamento arqueológico se desenvolveu em várias partes do mundo. É impossível, em um único volume, examinar todas as teorias, ou todas as tradições arqueológicas regionais. Mas espero que a concentração em um número limitado de desenvolvimentos significativos torne possível descobrir alguma coisa a respeito dos principais fatores responsáveis por conformar a interpretação arqueológica. Seguindo os passos de L. R. Binford, será feita aqui uma distinção entre diálogo interno – o diálogo através do qual os arqueólogos têm procurado desenvolver métodos para fazer inferências sobre o comportamento humano a partir de dados arqueológicos – e diálogo externo – aquele do qual eles se valem nessas descobertas a fim de tratar de questões genéricas relativas ao comportamento humano e à história. Embora eu não afirme que esses dois níveis de discurso sejam claramente separáveis, o diálogo interno envolve os interesses que distinguem a arqueologia como uma disciplina particular, ao passo que o diálogo externo representa a contribuição da arqueologia às ciências sociais. Mas esta é uma distinção que apenas recentemente se tornou clara para a maioria dos arqueólogos.

A reação do público aos achados da arqueologia é um indicativo da necessidade de enquadrar sua história em um amplo contexto social. A imagem popular da arqueologia é a de uma disciplina esotérica que não tem qualquer relevância no tocante às necessidades e interesses do presente. Ernest Hooton (1938:218) assim descreveu, certa vez, o modo como os arqueólogos são vistos: “*playboys* senis da ciência, de pés fincados em monturos de antiqualha”. No entanto, ao longo de cerca de duzentos anos, o interesse amplamente difundido pelas vastas implicações de descobertas arqueológicas contradiz esta imagem. Ninguém poderia negar o fascínio romântico suscitado por achados arqueológicos espetaculares como os de Austen Layard em Nínive, ou os de Heinrich Schliemann em Tróia, no século XIX, e pelas descobertas mais recentes do túmulo de Tutancâmon, do Palácio de Minos, do exército de estátuas de cerâmica em tamanho natural do imperador chinês Qin Xihuangdi e de fósseis homínidas de muitos milhões de anos, na África oriental. Todavia, isto não explica o profundo interesse do público por controvérsias travadas em torno da interpretação de muitos achados arqueológicos rotineiros, a atenção que numerosos movimentos políticos, sociais e religiosos têm prestado à pesquisa arqueológica, e os esforços de diversos regimes totalitários no sentido de controlar a interpretação de testemunhos arqueológicos. Durante a segunda metade do século XIX, ambas as partes envolvidas na discussão acerca da origem do homem buscaram apoio na arqueologia para decidir qual relato era mais fidedigno: se a teoria evolucionista ou o livro do Gênesis. E ainda há pouco, na década de 1970, um arqueólogo contratado pelo governo verificou que sua posição se tornara insustentável quando se recusou a pôr em dúvida a evidência de que ruínas líticas da África Central correspondiam a edificações de ancestrais dos povos bantos modernos.

Minha adoção de uma perspectiva histórica não significa que eu reivindique uma posição privilegiada para semelhante enfoque no que diz respeito à objetividade. Interpretações históricas são notoriamente subjetivas, a tal ponto que muitos historiadores chegaram a considerá-las meras expressões de opiniões pessoais. Também é um fato reconhecido que, por causa da abundância de testemunhos históricos, pode-se reunir dados para comprovar quase tudo. Pode haver alguma verdade no argumento de William MacNeill (1986:104) segundo o qual, se é que a interpretação histórica vem a ser uma forma de fabricação de mitos, dá-se, em todo o caso, que os mitos ajudam a orientar a ação coletiva e são um substituto humano para o instinto. Sendo assim, segue-se que eles estão sujeitos à operação do fator social equivalente à seleção natural e podem, portanto, com o

transcurso de longos períodos de tempo, tornar-se mais próximos da realidade. Esta é, porém, uma base de apoio frágil para nossas esperanças de objetividade nas interpretações históricas.

Não afirmo que o estudo histórico aqui apresentado seja mais objetivo do que as interpretações de testemunhos arqueológicos ou etnológicos que ele examina. Tal como muitos outros estudiosos da arqueologia, admito, porém, que a abordagem histórica provê um ângulo especialmente favorável a partir do qual podem ser examinadas as relações cambiantes entre a interpretação arqueológica e o meio sociocultural. A perspectiva temporal oferece ao estudo das ligações entre a arqueologia e a sociedade uma base diferente dos enfoques filosófico e sociológico. Em particular, permite ao pesquisador identificar fatores subjetivos através da observação de como, e sob quais circunstâncias, as interpretações de registros arqueológicos têm variado. Embora isso não elimine o viés do observador, nem a possibilidade de que tais enviezamentos influenciem a interpretação de dados arqueológicos, quase com certeza se pode dizer que assim aumentam as chances de alcançar percepções mais ricas do que aconteceu no passado.

Contribuições para a História da Arqueologia

A necessidade de estudos mais sistemáticos sobre a história da interpretação arqueológica é indicada por sérias divergências acerca da natureza e do significado dessa história. A maior controvérsia centra-se na avaliação do papel desempenhado pela explicação no estudo de dados arqueológicos nos últimos dois séculos. J. R. Willey e J. A. Sabloff organizaram sua obra *A History of American Archaeology* [Uma história da arqueologia americana] com base na discriminação de quatro períodos sucessivos: fase especulativa, fase classificatória-descritiva, fase classificatória-histórica e fase explicativa, esta última com início em 1960. No entanto, como nos recordou o historiador britânico E. H. Carr (1967: 3-35), a simples caracterização dos dados como relevantes ou irrelevantes, que ocorre nos estudos históricos mais descritivos, já implica a existência de algum tipo de quadro teórico. Além do mais, contestando a tese de que existe uma linguagem observacional neutra, é possível argumentar que nem mesmo o mais simples fato pode ser estabelecido independentemente de um contexto teórico (Willey, 1982:42). No passado, os quadros teóricos não eram, em sua maioria, explícita ou mesmo conscientemente formulados pelos arqueólogos. Hoje, em especial no contexto da arqueologia americana, muitas proposições teóricas são sistematicamente elaboradas. No entanto, seria enganoso conferir o status de teoria tão-somente às formulações autoconscientes das últimas

décadas. De resto, um exame mais detido da história da interpretação arqueológica sugere que as teorias anteriores nem sempre foram tão implícitas e desconexas como em geral se acredita.

Outros autores aceitam que os arqueólogos empregaram teorias no passado, mas sustentam que até recentemente não se verificava, nesse processo, consistência suficiente para que tais teorias viessem a constituir o que Thomas Kuhn chamou de paradigma de pesquisa. Kuhn (1970:10) chamou de paradigma um cânon consensual de prática científica, incluindo leis, teorias, aplicações e instrumentos, capaz de prover um modelo para uma “tradição particular coerente de pesquisa científica”. Uma tal tradição é sustentada pela “comunidade científica” e propagada em periódicos e livros controlados por essa comunidade. D. L. Clarke (1968: xiii) descreveu a arqueologia como “uma disciplina empírica indisciplinada” e sugeriu que sua concepção teórica, pelo menos até tempos muito recentes, pode ser considerada como se estivesse em um estado pré-paradigmático. Até a década de 1960, a arqueologia permaneceu “um feixe desconexo de subteorias não compatibilizadas” que não fora estruturado em um sistema global. Clarke também postulou que apenas abordagens reconhecidas internacionalmente podem qualificar-se como paradigmas (*ibidem*, 153-5). Porém, estudos detalhados de fases anteriores do desenvolvimento da arqueologia vêm revelando formulações muito mais abrangentes e dotadas de consistência interna do que se acreditava até agora ter havido. Isso é especialmente verdadeiro no caso de estudos que respeitam a integridade do passado e julgam a obra nos termos das idéias vigentes no período em que ela apareceu, em vez de fazê-lo com base em padrões modernos (Meltzer, 1983; Grayson, 1983 e 1986).

Alguns arqueólogos combinam a tese de Kuhn a respeito das revoluções científicas com uma visão evolutiva do desenvolvimento de sua disciplina. Sustentam eles que as fases sucessivas da concepção da teoria arqueológica mostram consistência interna suficiente para que sejam categorizadas como paradigmas, e para que a substituição de um paradigma por outro seja considerada uma revolução científica (Sterud, 1973). De acordo com este ponto de vista, sucessivos inovadores, como Christian Thomsen, Oscar Montelius, Gordon Childe e R. Lewis Binford, identificaram anomalias consideráveis em interpretações convencionais de dados arqueológicos e moldaram novos paradigmas que modificaram significativamente a direção da pesquisa arqueológica. Esses paradigmas não somente alteraram o significado outrora atribuído aos dados arqueológicos, como também determinaram que tipos de problemas podiam, ou não, ser considerados importantes

Contudo, os arqueólogos não estão de acordo no que toca à seqüência efetiva dos paradigmas que supostamente caracterizaram o desenvolvimento da arqueologia (Schwartz, 1967; ensaios em Fitting, 1973). Ao menos em parte, isso pode ser um reflexo da falta de clareza da concepção de paradigma de Kuhn (Meltzer, 1979). Alguns críticos entenderam que uma disciplina pode ser caracterizada, de modo simultâneo, por uma série de tipos funcionalmente distintos de paradigmas, que podem interligar-se apenas frouxamente e alterar-se em proporções diversas, de modo a produzir um padrão genérico de mudança antes gradual que abrupto. Margaret Masterman (1970) distinguiu três tipos principais de paradigmas: metafísico, relacionado com a visão de mundo de um determinado grupo de cientistas; sociológico, definitivo do que vem a ser consensual; e construtivo, que supre os instrumentos e métodos para a solução de problemas. Nenhum desses três tipos constitui por si só “o” paradigma de uma época. Kuhn também foi acusado de ignorar a importância da competição e da mobilidade entre “escolas” rivais enquanto fatores de mudança no seio de uma disciplina (Barnes, 1974:95). É possível ainda que, por conta da complexidade do assunto que têm por objeto, as ciências sociais tenham mais escolas e mais paradigmas rivais que as ciências da natureza, e talvez por causa disso seus paradigmas individuais tendam a coexistir e substituir um ao outro de forma relativamente lenta (Binford e Sabloff, 1982).

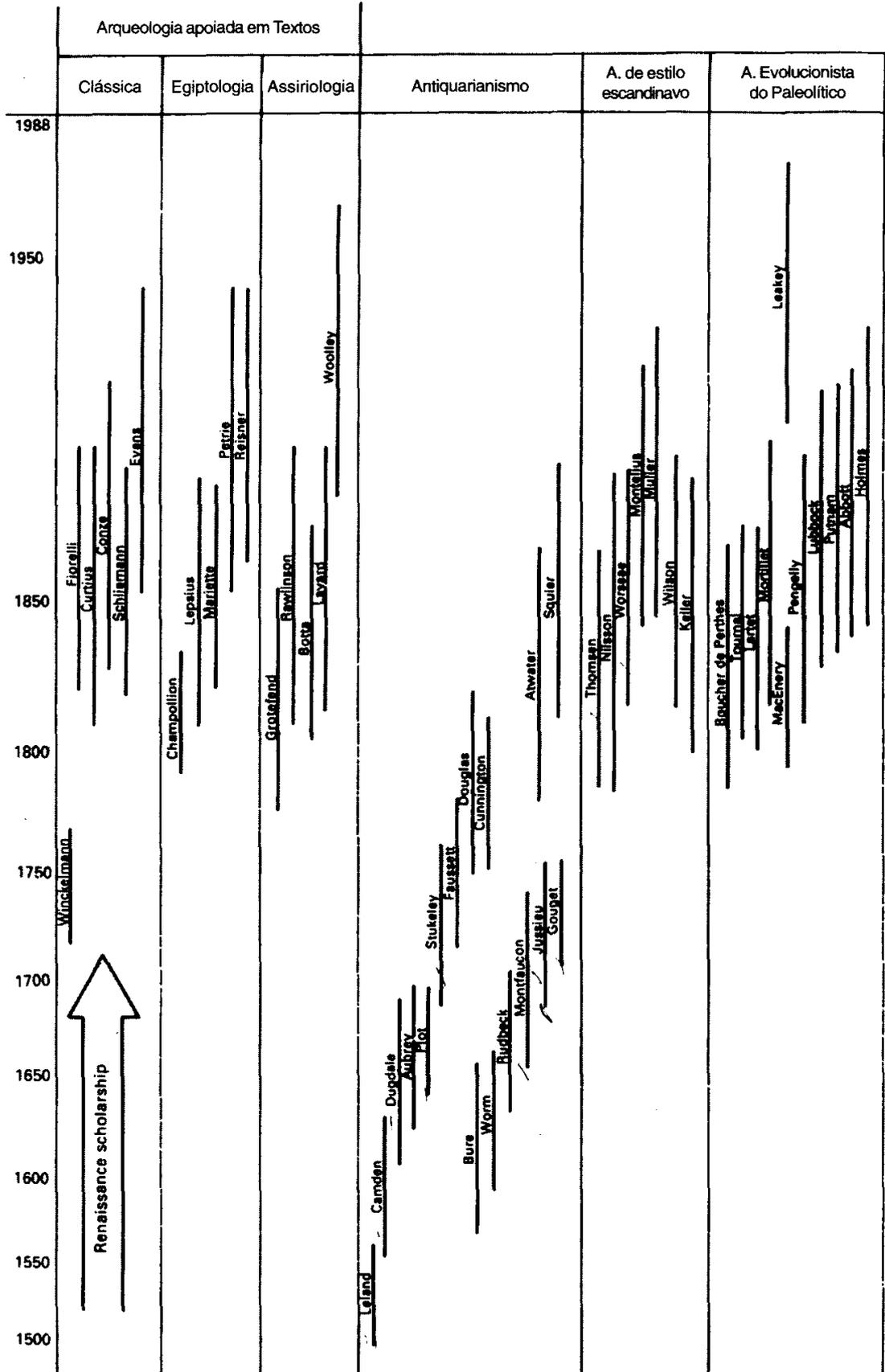
Outro ponto de vista, mais afinado com essas críticas e com a tese de Toulmin (1970) segundo a qual as ciências não experimentam revoluções, e sim mudanças graduais, ou progressões, afirma que a história da arqueologia compreendeu um crescimento cumulativo de conhecimentos a respeito do passado transcorrido desde os tempos primitivos até o presente (Casson, 1939; Heizer, 1962a; Willey e Sabloff, 1974; Meltzer, 1979). Sustenta-se que, embora as várias fases desse desenvolvimento possam ser delineadas de modo arbitrário, a arqueologia muda de forma gradual, sem rupturas radicais ou transformações bruscas (Daniel, 1975: 374-6). Alguns arqueólogos vêem o desenvolvimento da disciplina seguir um curso único, linear e inexorável. Vê-se a base de dados em expansão contínua, e novas interpretações são consideradas como a elaboração gradual, o refinamento e a modificação de um corpo teórico subsistente. Entretanto, esta abordagem não leva em conta o freqüente fracasso dos arqueólogos em desenvolver suas idéias de forma sistemática. Por exemplo, embora naturalistas do século XIX – eruditos com interesses arqueológicos, como Japetus Streenstrup (Morlot, 1851) e William Buckland (Dawkins, 1984: 281-4) – já realizassem experimentos com o objetivo de determinar de que modo

resíduos faunísticos vieram a introduzir-se em determinados sítios, esse tipo de pesquisa só se tornou rotineira na arqueologia depois de 1970 (Binford, 1977 e 1981).

Um terceiro ponto de vista trata o desenvolvimento da teoria arqueológica como um processo não-linear, e freqüentemente não-previsível. As mudanças seriam causadas mais por novas idéias, formuladas em outras ciências sociais, a respeito do comportamento humano que por novos dados arqueológicos, e poderiam refletir valores sociais de popularidade variável. Por este motivo, a interpretação arqueológica não evolui de modo linear, com uma construção cada vez mais abrangente e satisfatória dos dados; em vez disso, as mudanças do modo de entender o comportamento humano podem alterar radicalmente interpretações arqueológicas, tornando informações que antes se afiguravam relevantes em informações de pouco interesse relativo (Pigott, 1950, 1968 e 1976; Daniel, 1950; Hunter, 1975). Esse ponto de vista está de acordo com a observação de Kuhn (1970:130) de que paradigmas, ao sofrer modificações, não apenas selecionam novos assuntos, como também desviam a atenção de problemas que outrora teriam sido considerados dignos de abordagem. Tal modo de ver, diferentemente dos evolucionismos, não tem como certo que a maioria das mudanças de orientação teórica resulta em avanço da pesquisa arqueológica.

Alguns arqueólogos duvidam de que interesses e conceitos da disciplina mudem significativamente de um período para outro. Bryony Orme (1973: 490) sustenta que as interpretações arqueológicas oferecidas no passado eram mais parecidas com as atuais do que geralmente se imagina e que as preocupações arqueológicas pouco mudaram. No caso de algumas idéias que comumente são consideradas modernas, é possível demonstrar uma notável antiguidade. Os arqueólogos afirmaram que densidades populacionais crescentes conduzem à adoção de formas mais laboriosas de produção de alimentos muito antes de terem redescoberto esta tese na obra de Ester Boserup (Smith & Young, 1972). Já em 1673, o estadista britânico William Temple havia prenunciado esta teoria quando observou que altas densidades populacionais forçam as pessoas a trabalhar arduamente (Slotkin, 1965:10-11). Em 1863, o arqueólogo sueco Sven Nilsson (1868: lxii) argumentou que o crescimento da população acarretara a passagem do pastoreio para a agricultura na Escandinávia pré-histórica. O conceito também se achava implícito na "teoria do oásis" a respeito da origem da produção de alimentos, tal como ela foi exposta por Rafael Pumpelly (1908: 65-6) e adotada por Harold Peake e H. J. Fleure (1927), e depois por Gordon Childe (1928). Eles propuseram a tese de que a seca posterior

1. Movimentos importantes na arqueologia e principais autores a eles associados.



Arqueologia Pré-histórica

A. Histórico-Cultural	A. Funcional	A. Processual	A. Pós-Processual
<p>Kossinna</p> <p>Childe (1)</p> <p>Wheeler</p> <p>Huxley</p> <p>Piggott</p> <p>E. Thompson</p> <p>Kidd</p> <p>Nelson</p> <p>J. A. Ford</p> <p>Strong</p> <p>Griffin</p> <p>H. J.</p> <p>Bordes</p> <p>Crawford</p> <p>Fox</p> <p>Childe (2)</p> <p>Reidemeister</p> <p>Tellgren</p> <p>Clark</p> <p>Higgs</p> <p>W. Taylor</p> <p>Bridgwood</p> <p>Willey</p> <p>MacNeish</p> <p>Caldwell</p> <p>R. M. Adams</p>	<p>Binford</p> <p>Clarks</p> <p>Flannery</p> <p>Schiffer</p> <p>Renfrew</p> <p>Dunnell</p> <p>Sanders</p> <p>Watson</p> <p>Isaac</p>	<p>Hodder</p> <p>Leone</p> <p>Leroi-Gourhan</p>	

à última glaciação, no Oriente Próximo, compelira as populações a concentrar-se em torno das fontes de água remanescentes, onde tiveram de inovar a fim de alimentar grupos com maior densidade populacional. Contudo, embora se verifique a persistência e a recorrência de idéias na história da arqueologia, isto não significa que não há nada de novo na interpretação dos dados arqueológicos. Essas teses podem ser apreciadas tomando como base os diferentes quadros conceituais que elas integraram em cada período. É deles que as idéias em questão tiram seu significado para a disciplina, e à medida que eles se alteram, os significados também mudam. Dar demasiada importância a certas idéias, sem prestar atenção ao seu cambiante contexto, levaria os arqueólogos a subestimar o acervo de mudanças significativas que tem caracterizado o desenvolvimento da interpretação arqueológica.

Muitos arqueólogos já observaram que uma das principais características da interpretação arqueológica é sua diversidade regional. Tanto David Clarke (1979: 28, 84) como Leo Klejn (1977) trataram a história da arqueologia como uma história de escolas regionais. Clarke afirmou que só recentemente a arqueologia deixou de ser uma série de tradições divergentes, cada qual com seu próprio corpo teórico valorizado de modo particular e sua forma preferida de descrição, interpretação e explicação (Daniel, 1981b; Evans et al., 1981: 11-70; Trigger & Glover, 1981-2). O que ainda não foi suficientemente estudado é a natureza das divergências que as separam. Até que ponto elas representam diferenças irreconciliáveis de compreensão do comportamento humano, incidindo sobre a natureza das questões apresentadas, ou até que ponto se trata das mesmas idéias básicas, abordadas com terminologias diferentes? Por certo, as diferenças culturais são importantes. Porém, a um exame mais detido, vê-se que a maioria das interpretações produzidas por arqueólogos atuantes no contexto de diferentes tradições nacionais podem ser adscritas a um número limitado de orientações gerais. Em outro estudo, identifiquei três tipos de orientações: colonialista, nacionalista e imperialista (ou globalizante). Essas orientações têm-se reproduzido na arqueologia de países geograficamente distantes uns dos outros; sucede também que a arqueologia de uma determinada nação mude de um para outro tipo, conforme as circunstâncias políticas. Tais abordagens da interpretação arqueológica serão examinadas em detalhe em capítulos posteriores.

Com poucas exceções dignas de nota (Bernal, 1980; Chakrabarti, 1982), o estudo de tradições arqueológicas regionais não tem levado em conta, porém, o vasto intercâmbio intelectual que caracterizou o desenvolvimento

da arqueologia em todas as partes do mundo, durante os séculos XIX e XX. Uma dramática ilustração deste fato é o estudo dos concheiros. Relatos de estudos pioneiros de sábios dinamarqueses, que começaram sua obra na década de 1840, estimularam um vasto número de pesquisas sobre concheiros ao longo da costa atlântica e da costa do Pacífico na América do Norte, na última metade do século XIX (Trigger, 1986 a). Quando, depois de ter analisado material proveniente de concheiros encontrados ao longo da costa do Maine para o arqueólogo Jeffries Wyman, da Universidade do Maine, o zoólogo americano Edward Morse foi lecionar no Japão, descobriu e escavou um vasto depósito de conchas do mesolítico em Omori, nas cercanias de Tóquio. Alguns de seus alunos de zoologia escavaram por conta própria um outro concheiro, pouco antes de arqueólogos japoneses formados na Europa estabelecerem o estudo da cultura mesolítica Jomon em bases profissionais (Ikawa-Smith, 1982). Os estudos escandinavos também estimularam as primeiras pesquisas sobre sambaquis no Brasil (Ihering, 1895) e sobre concheiros no sudoeste da Ásia (Earl, 1863). Mesmo as tradições arqueológicas ideologicamente opostas da Europa ocidental e da União Soviética influenciaram-se mutuamente de modo significativo, a despeito de décadas em que o contato científico de qualquer espécie entre elas era muito difícil, e mesmo perigoso. Por todas essas razões, parece insensato superestimar a independência ou a singularidade teórica de arqueologias regionais.

Deu-se menos atenção ao impacto que a especialização interna no seio da arqueologia teve sobre a forma como os dados arqueológicos são interpretados (Rouse, 1972: 1-25). No entanto, diferentes orientações nesse plano podem ser responsáveis por não menos diferenças que as devidas às arqueologias regionais. A arqueologia clássica, a egiptologia e a assiriologia empenharam-se fortemente no estudo da epigrafia e da história da arte em um enquadramento histórico (Bietak, 1979). A arqueologia medieval desenvolveu-se como um estudo de vestígios materiais que complementam a pesquisa baseada em registros escritos (M. Thompson, 1967; D. M. Wilson, 1976; Barley, 1977). A arqueologia paleolítica desenvolveu-se paralelamente à geologia histórica e à paleontologia, e manteve estreitos vínculos com estas disciplinas, ao passo que o estudo dos períodos pré-históricos recentes combina, com frequência, os achados arqueológicos com dados de diversas outras fontes, incluindo-se aí lingüística, folclore, antropologia física e etnologia comparada (D. McCall, 1964; Trigger, 1968a, Jennings, 1979). Embora esses muitos tipos de arqueologia tenham-se desenvolvido em considerável isolamento intelectual recíproco, ao longo

de extensos períodos, e tenham-se tornado ainda mais estranhos uns aos outros por efeito da balcanização de seus jargões, os laços históricos, a interação esporádica e os interesses metodológicos comuns foram suficientes para que todos esses ramos da arqueologia viessem a compartilhar numerosos conceitos interpretativos.

Numa tentativa de evitar pelo menos alguns dos problemas assinalados acima, o presente estudo não abordará correntes de interpretação arqueológica de acordo com uma perspectiva cronológica, geográfica, histórica ou subdisciplinar específica (Schuyler, 1971). Em vez disso, examinará um certo número de linhas de interpretação, mais ou menos na ordem cronológica de sua aparição. Essas correntes interpretativas com frequência vieram a sobrepor-se e interagir, tanto no plano temporal como no geográfico, e a obra de vários arqueólogos reflete o impacto de muitas delas, quer alterando-as, em diferentes etapas de suas carreiras, quer fazendo-as entrar, de forma simultânea, em algum tipo de combinação. Este enfoque permite a um estudo histórico levar em conta os estilos cambiantes de interpretação arqueológica que não podem ser colocados em nichos cronológicos ou geográficos claramente delimitados, mas refletem ondas de inovação que têm transformado a arqueologia.

○ Ambiente da Arqueologia

Ninguém pode negar que a pesquisa arqueológica é influenciada por diversos tipos de fatores. Na atualidade, o mais controverso deles vem a ser o contexto social em que os arqueólogos vivem e trabalham. Muito poucos arqueólogos, inclusive entre os que defendem uma visão positivista da pesquisa científica, negariam que as questões por eles elaboradas são, pelo menos em alguma medida, influenciadas por seu meio. Mas os positivistas afirmam que, desde que dados adequados estejam disponíveis e sejam analisados com o emprego de métodos científicos apropriados, a validade das conclusões resultantes independe dos preconceitos ou crenças do pesquisador. Já outros arqueólogos acreditam que, porquanto os achados de suas disciplinas são, consciente ou inconscientemente, vistos como tendo implicações quer para o presente, quer para a natureza humana em geral, as condições sociais variáveis influenciam não apenas as questões abordadas como também as respostas que os arqueólogos se dispõem a considerar aceitáveis.

David Clarke (1979: 8) tinha em mente os fatores externos quando descreveu a arqueologia como um sistema adaptativo “relacionado internamente com seu conteúdo variável e externamente com o espírito dos tempos”. Em outra passagem, ele escreveu: “Expostos à vida em geral, a

processos educacionais e a sistemas de crença contemporâneos em transformação, adquirimos uma filosofia geral e uma filosofia arqueológica em particular – um sistema em parte consciente e em parte subconsciente de crenças, conceitos, valores e princípios, tanto reais como metafísicos” (*ibidem*: 25). Ainda antes, Colingwood (1939: 114) já observara que todo problema arqueológico “em última instância decorre da ‘vida real’ ... estudamos história a fim de ver com mais clareza a situação em que somos chamados a agir”.

Nos últimos anos, a arqueologia foi fortemente influenciada pelos ataques que os relativistas lançaram contra o conceito de ciência como um empreendimento racional e objetivo. Esses ataques têm sua raiz no antipositivismo da paramarxista Escola de Frankfurt, representada, nos últimos anos, pelos escritos de Jürgen Habermas (1971) e Herbert Marcuse (1964). Esses estudiosos enfatizam que as condições sociais influenciam tanto a eleição dos dados julgados relevantes, como a maneira pela qual são interpretados (Kolakowsky, 1978c: 341-95). Seus pontos de vista foram consideravelmente reforçados pela concepção paradigmática de Kuhn, pelos argumentos do sociólogo Barry Barnes (1974, 1977) – para quem o conhecimento científico não é de uma espécie diferente das outras formas de crença cultural – e pelas proclamações anarquistas do filósofo da ciência americano Paul Feyerabend (1975), segundo o qual, como não há critérios objetivos para a avaliação de teorias, a ciência não pode ser acorrentada a regras rígidas, e se tem de confiar em preferências pessoais e gostos estéticos ao apreciar o valor relativo de teorias rivais. Nos últimos tempos, idéias como essa atraíram um número considerável de seguidores entre os autodenominados arqueólogos críticos, especialmente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Enquanto alguns ponderam que, com o passar do tempo, na longa duração, o incremento da consciência dos vieses sociais acabará por produzir maior objetividade (Leone, 1982), outros argumentam que mesmo dados arqueológicos básicos são construções mentais, portanto não independentes do meio social onde são utilizados (Gallay, 1986: 55-61). As formulações mais extremadas ignoram a ponderação de Habermas e Barnes de que “o conhecimento surge de nossos encontros com a realidade e está continuamente sujeito a correção pela retroalimentação oriunda desses encontros” (Barnes, 1977:10). Em vez disso, concluem que as interpretações arqueológicas são inteiramente determinadas pelo contexto social e não por alguma evidência objetiva. Assim, afirmações a respeito do passado não podem ter sua validade aferida por qualquer critério que não o da coerência intrínseca de um estudo particular, “que só pode ser

criticado em termos das relações conceituais internas, não em termos de padrões impostos de fora para dentro, ou de critérios para a ‘mensuração’ ou ‘determinação’ de sua verdade ou falsidade” (Miller & Tilley, 1984: 151). Um amplo espectro de alternativas separa os arqueólogos hiperpositivistas, confiantes de que apenas a qualidade dos dados arqueológicos e das técnicas analíticas determinam o valor das interpretações arqueológicas, e os hiper-relativistas, inclinados a não atribuir nenhum papel aos dados arqueológicos, em vez disso explicando as interpretações arqueológicas tão-somente em termos de lealdades culturais e sociais do pesquisador.

Conquanto sejam muito diversas as influências que as sociedades exercem sobre as interpretações arqueológicas, o desenvolvimento da arqueologia tem correspondência temporal com a ascensão ao poder das classes médias na sociedade ocidental. Embora muitos dos primeiros patronos da arqueologia pertencessem à aristocracia (desde Ciriaco de’ Pizzicolti, no século XV), os arqueólogos têm sido, predominantemente, membros da classe média: funcionários públicos, clérigos, comerciantes, fazendeiros e, com o crescimento da profissionalização, professores universitários. Além disso, a maior parte do público que se interessa por achados arqueológicos se encontra nas classes médias educadas, incluindo, por vezes, líderes políticos. Todos os ramos da pesquisa científica que se desenvolveram a partir do século XVII fizeram-no sob a égide da classe média. No entanto, a arqueologia e a história são disciplinas de pronta inteligibilidade, e suas descobertas têm implicações importantes no que concerne à natureza humana e à razão pela qual as sociedades modernas vieram a ser como são (Levine, 1986). Sua clara relevância no tocante a questões políticas, econômicas e sociais contemporâneas tornam as relações entre arqueologia e sociedade especialmente complexas e significativas. Parece razoável, pois, examinar a arqueologia como uma expressão da ideologia da classe média e tentar descobrir até que ponto as mudanças nas interpretações arqueológicas refletem variações na sorte desse grupo.

Isso não equivale dizer que as classes médias são um fenômeno unitário. Cumpre distinguir a burguesia do *ancien régime* – composta, em grande medida, de clérigos, profissionais e administradores a serviço da realeza – da burguesia empresarial protagonista da revolução industrial (Darnton, 1984:113). O interesse e o grau de desenvolvimento das classes médias também têm variado muito de um país para outro, e até dentro do mesmo país elas costumam dividir-se em vários estratos, em cada um dos quais encontram-se indivíduos com opções radicais ou conservadoras. É também evidente que a arqueologia nunca esteve associada a toda a classe média,

mas apenas a uma parte dela, em que predominam os profissionais inclinados a interessar-se pela prática erudita (Kristiansen, 1981; Levine, 1986).

Relações entre interesses e idéias são contextualmente mediadas por um vasto número de fatores. Portanto, os arqueólogos não podem esperar que se estabeleçam relações unívocas entre determinadas interpretações arqueológicas e interesses particulares de classe. Em vez disso, devem analisar as idéias que influenciam interpretações arqueológicas como instrumentos com os quais grupos sociais buscam alcançar seus objetivos em determinadas situações. Entre esses objetivos constam os seguintes: reforçar a auto-confiança do grupo, fazendo com que seu sucesso apareça como natural, predestinado e inevitável; inspirar, ou justificar, ação coletiva; mascarar de altruísmo interesses coletivos (Barnes, 1974: 16); prover a determinados grupos, ou à sociedade como um todo, credenciais míticas (MacNeill, 1986). Sem com isso contestar a relevância de traços psicológicos individuais e tradições culturais, a relação entre a arqueologia e a classe média constitui um foco importante para o exame das relações entre a arqueologia e a sociedade.

A maioria dos arqueólogos profissionais acredita que a disciplina é influenciada por um grande número de fatores, tanto internos quanto externos. Com exceção apenas dos relativistas mais radicais, todos concordam que um desses fatores é a base de dados arqueológica. Os dados arqueológicos vêm sendo acumulados de maneira contínua durante muitos séculos, e o surgimento de novos dados é normalmente percebido como um teste para interpretações anteriores. Mas os tipos de dados coletados e de métodos utilizados sofrem a influência da percepção de cada arqueólogo do que é relevante, o que, por sua vez, reflete seus pressupostos teóricos. Isso cria uma relação de reciprocidade entre coleta e interpretação de dados, de modo a deixar tanto uma como outra abertas a influências sociais. Além disso, os dados recolhidos no passado com frequência não são suficientes nem apropriados para a solução de problemas considerados importantes em uma época posterior. Isso não acontece simplesmente porque os arqueólogos ainda não estavam familiarizados com técnicas que se tornaram decisivas depois, e assim deixaram de preservar carvão para a datação por radiocarbono, ou amostras de solo para análise de fitólitos (embora essas lacunas de documentação se revelem limitadoras em extremo). Com frequência, novas perspectivas inauguram novas linhas de investigação. Por exemplo, o interesse de Grahame Clark (1954) pela economia do período mesolítico levou-o a propor questões que simplesmente não podiam ser respondidas com o uso dos dados coletados quando o principal interesse nos estudos do mesolítico eram tipológicos (Clark, 1932). De

modo similar, o desenvolvimento do interesse pela arqueologia dos assentamentos revolucionou as pesquisas arqueológicas de sítios (Willey, 1953) e fortaleceu o empenho em registrar e analisar as distribuições intra-sítios de vestígios e artefatos (Milon *et al.*, 1973). Portanto, embora os dados arqueológicos estejam sendo constantemente coletados, os resultados não são necessariamente cumulativos, como muitos arqueólogos acreditam. Na verdade, os arqueólogos parecem trabalhar mais com as conclusões de seus predecessores do que com as evidências nas quais essas conclusões se basearam.

O que os arqueólogos podem estudar também é influenciado pelos recursos disponíveis para a pesquisa, pelos contextos institucionais em que ela transcorre e pelos tipos de investigação que sociedades ou governos estão dispostos a deixar que eles empreendam. A fim de obter financiamento, os arqueólogos devem agradar seus patrocinadores, sejam eles mecenas (Hinsley, 1985), colegas, políticos responsáveis pela alocação de fundos públicos ou a sociedade em geral. Pode também haver restrições sociais quanto à escavação de certos tipos de sítios, a exemplo de cemitérios ou locais sagrados (Rosen, 1980). Assim, embaraços consideráveis podem ser criados tanto para as pesquisas que os arqueólogos fazem quanto para o modo como eles interpretam os seus achados.

Até o século XX, poucos arqueólogos tinham formação em sua disciplina. Em vez disso, eles traziam para a arqueologia habilidades e pontos de vista variados, adquiridos em muitos campos e ocupações diferentes. Todos passavam por estudos em que a ênfase eram temas clássicos e bíblicos. Princípios básicos derivados de um amplo interesse pela numismática desempenharam um importante papel no desenvolvimento de esquemas de tipologia e seriação, fruto das obras de Christian Thomsen, John Evans e outros arqueólogos pioneiros (McKay, 1976). No século XIX, um número cada vez maior de pessoas que vieram a dedicar-se ao estudo da arqueologia tinham sido formadas em ciências físicas e biológicas. Mesmo hoje, afirma-se que diferenças significativas podem ser observadas nas obras de arqueólogos profissionais, dependendo de sua formação ter sido em ciências humanas ou ciências naturais (Chapman, 1979: 121). Mais recentemente, um grande número de arqueólogos especializados em pré-história se têm formado uns em departamentos de antropologia, outros em departamentos de história, dependendo das preferências locais. É também significativo o papel desempenhado por mestres bem-sucedidos, ou por arqueólogos carismáticos, na conformação da prática da arqueologia, tanto no âmbito nacional quanto em escala internacional. Arqueólogos mais jovens podem empenhar-se em abrir novas trilhas e tornar-se pioneiros em técnicas inovadoras, a fim

de firmar sua reputação. Esse fenômeno é especialmente comum em períodos de rápido crescimento, com ampliação de oportunidades de emprego.

A interpretação arqueológica também foi influenciada por progressos nas ciências físicas e biológicas. Até as últimas décadas (quando a pesquisa realizada em regime de colaboração, envolvendo arqueólogos e cientistas naturais, tornou-se rotineira), o fluxo da informação entre as disciplinas, com raras exceções, era unidirecional, com os arqueólogos no papel de receptores. Conseqüentemente, a pesquisa em ciências naturais só de maneira fortuita correspondia às necessidades dos arqueólogos, embora de tempos em tempos aí fossem feitas descobertas de fundamental importância para a arqueologia. O desenvolvimento do método de radiocarbono e de técnicas geocronométricas de datação, depois da Segunda Guerra Mundial, muniu os arqueólogos, pela primeira vez, de uma cronologia universalmente aplicável e capaz de facultar a determinação tanto da duração quanto da ordem relativa das manifestações arqueológicas. A análise do pólen propiciou novas e valiosas constatações de mudanças climáticas e ambientais na pré-história, e a análise de traços de elementos acrescentou uma dimensão importante ao estudo da circulação pré-histórica de certas mercadorias. De um modo geral, em todo o mundo, inovações derivadas das ciências físicas e biológicas foram incorporadas à pesquisa arqueológica com rapidez e pouca resistência. O principal obstáculo à sua difusão é a falta de fundos e de pessoal qualificado nos países menores e mais pobres, um fator que provavelmente cria mais disparidades que qualquer outro entre a arqueologia dos países ricos e a dos países pobres. Ainda hoje, quando cada vez mais pesquisas físicas e biológicas são realizadas especificamente para solucionar problemas arqueológicos, as descobertas neste campo continuam a ser dos acontecimentos mais difíceis de prever dentre os que influenciam a interpretação arqueológica.

A proliferação de formas eletrônicas de tratamento de dados revolucionou a análise arqueológica tanto quanto a datação por radiocarbono. Hoje é possível, de forma rotineira, estabelecer correlações entre grandes quantidades de dados, num montante que, no passado, apenas arqueólogos excepcionais, como W. M. Petrie, poderiam tentar analisar (Kendall, 1969, 1971). A computação permite aos arqueólogos usar os abundantes dados a seu dispor em busca de uma padronização mais detalhada dos testemunhos arqueológicos e permite-lhes testar hipóteses mais complexas (Hodson *et al.*, 1971; Doran & Hodson, 1975; Hodder, 1978; Orton, 1980; Sabloff, 1981). Progressos matemáticos estimularam novas orientações teóricas. A teoria geral dos sistemas (Flannery, 1968; Steiger, 1971; Laszlo, 1972a; Berlinski, 1976) e a teoria das catástrofes (Thom, 1975; Renfrew, 1978; Renfrew & Cook, 1979;

Saunders, 1980) constituem procedimentos matemáticos empregados no estudo da mudança, ainda que em sua aplicação aos problemas arqueológicos seus aspectos estritamente matemáticos tenham sido menos enfatizados que os conceitos subjacentes.

A interpretação de dados arqueológicos também tem sido afetada de modo significativo pelas variáveis teorias do comportamento humano defendidas pelas ciências sociais. De um modo especial, influenciaram-na conceitos derivados da etnologia e da história, disciplinas com as quais a arqueologia tem mantido os vínculos mais estreitos. Conceitos teóricos oriundos da geografia, da sociologia, da economia e da ciência política também têm influenciado a arqueologia, quer diretamente, quer através da antropologia e da história. Porém, na medida em que todas essas disciplinas foram conformadas pelos mesmos movimentos sociais que influenciaram a arqueologia, com frequência torna-se difícil distinguir as influências das ciências sociais incidentes sobre a arqueologia das que lhe advêm da sociedade como um todo.

A interpretação dos dados arqueológicos é também consideravelmente influenciada por crenças arraigadas a respeito do que se aprendeu a partir do registro arqueológico. Dá-se, com frequência, que interpretações antigas são acomodadas de forma acrítica a novas e variáveis concepções teóricas gerais, ao invés de ser examinadas com cuidado e devidamente avaliadas; isso ocorre mesmo quando as interpretações ultrapassadas foram formuladas de acordo com uma concepção geral já rejeitada. Por exemplo, quando R. S. MacNeish (1952) recorreu à seriação cerâmica para demonstrar que o desenvolvimento local explicava a origem de culturas iroquesas setentrionais do leste da América melhor do que a migração, continuou a aceitar que migrações de pequena escala eram responsáveis pelas origens de uns poucos grupos específicos. MacNeish e outros arqueólogos esqueceram que essas micromigrações não tinham sido postuladas com base em evidência arqueológica sadia, mas faziam parte de uma teoria sobre movimentos migratórios de maior escala, coisa que o próprio MacNeish havia contestado. Assim, concepções específicas sobre o passado podem persistir e influenciar a interpretação arqueológica muito depois que o arrazoado conducente a sua formulação já foi desacreditado e abandonado (Trigger, 1978b).

Interpretação Arqueológica

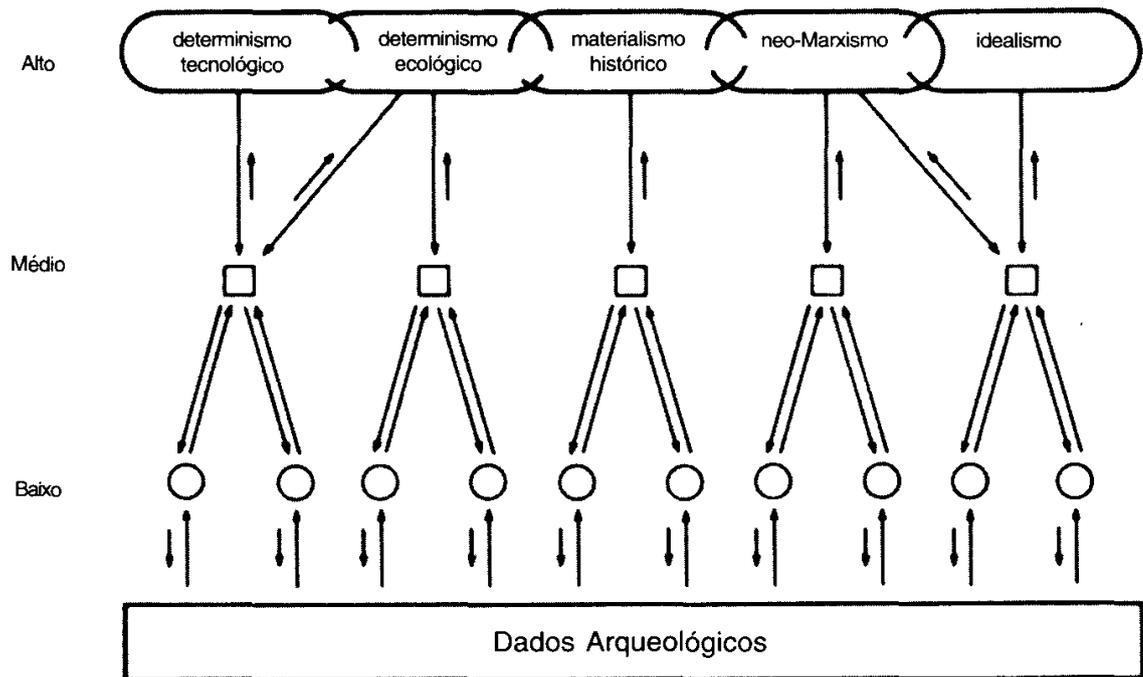
{ A arqueologia é uma ciência social no sentido de que ela procura explicar o que aconteceu a um grupo específico de seres humanos no passado e fazer generalizações a respeito do processo de mudança cultural. Porém,

ao contrário dos etnólogos, dos geógrafos, dos sociólogos, dos cientistas políticos e dos economistas, os arqueólogos não podem observar o comportamento da população que eles estudam; ao contrário dos historiadores, também não têm, na maioria dos casos, acesso direto ao pensamento dessa gente registrado em textos escritos. (A arqueologia infere comportamento humano, e também idéias, a partir de materiais remanescentes do que pessoas fizeram e usaram, e do impacto físico de sua presença no meio ambiente. A interpretação de dados arqueológicos depende da compreensão de como seres humanos se comportam no presente e, em particular, de como esse comportamento se reflete na cultura material. Os arqueólogos também têm de recorrer a princípios uniformitaristas para que possam valer-se do entendimento de processos biológicos e geológicos contemporâneos na inferência de como tais processos ajudaram a configurar o registro arqueológico. No entanto, eles estão longe de chegar a um acordo a respeito de como esses saberes podem ser legítima e compreensivamente aplicados aos seus dados a fim de tornar inteligível o comportamento humano passado) (Binford, 1976a, 1981; Gibbon, 1984; Gallay, 1986).

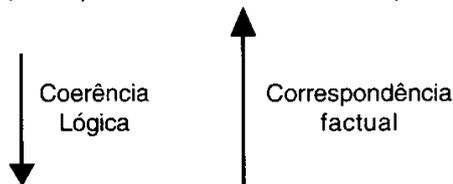
Os arqueólogos começaram a seguir o exemplo dos filósofos da ciência (Nagel, 1961), assim como o de outras ciências sociais, no classificar suas teorias e generalizações em termos de nível baixo, médio e alto (Klejn, 1977; Raab & Goodyear, 1984). Esse esquema possibilita uma compreensão mais sistemática da natureza da teoria arqueológica e dos processos de raciocínio que caracterizam a disciplina.

As teorias de nível baixo têm sido descritas como pesquisas empíricas com generalizações (Klejn, 1977:2). Parecem equivaler às leis experimentais de Ernest Nagel (1961:70-105), por ele exemplificadas com a seguinte proposição: todas as baleias fêmeas amamentam seus filhotes. Essas generalizações normalmente se baseiam em regularidades que são repetidamente observadas e, entretanto, podem ser refutadas pela observação de casos contrários. A grande maioria das generalizações em que as interpretações arqueológicas se baseiam são desse tipo, empíricas. Abrangem a maior parte das classificações tipológicas de artefatos a identificação de culturas arqueológicas específicas, a demonstração (com recurso a estratificação, seriação ou datação por radiocarbono) de que uma manifestação arqueológica é anterior, ou posterior, a uma outra e a observação de que, em uma determinada cultura, todos os humanos são enterrados em uma certa posição e acompanhados por certos artefatos. Essas generalizações baseiam-se na observação de que atributos específicos, ou artefatos típicos, ocorrem repetidamente em uma associação particular recíproca, em relação a uma dada

Níveis de Teoria



(o comprimento da seta indica a importância relativa da relação)



2. Correlações entre níveis de generalização.

localidade geográfica, ou datando de um certo período. As dimensões a que se reportam tais generalizações são as clássicas de espaço, tempo e forma (Spaulding, 1960; Gardin, 1980: 62-97). Arqueólogos também podem presumir que determinados tipos de pontas de projéteis serviram a funções específicas e que cada tipo de cultura arqueológica estava associada a um povo específico. Essas inferências, que se referem a comportamentos humanos, diferem substancialmente de generalizações baseadas em observações empíricas de correlações entre duas ou mais categorias de dados arqueológicos concretos. Muitas vezes, os pressupostos comportamentais se mostram incorretos, não comprovados ou equívocos. Por conta da natureza dos dados arqueológicos, generalizações de pequeno alcance nunca concernem ao comportamento humano. Do ponto de vista desse comportamento, constituem regularidades a ser explicadas, e não explicações efetivas.

As teorias de nível médio são definidas como generalizações que tentam dar conta de regularidades ocorrentes, em múltiplas instâncias, entre duas ou mais séries de variáveis (Raab & Goodyear, 1984). As generalizações da ciência social devem ter validade transcultural e também fazer alguma referência ao comportamento humano. Além disso, devem ser suficientemente específicas, de modo que possam ser testadas quando submetidas a diferentes conjuntos de dados. Um exemplo de generalização antropológica de médio alcance é a proposição de Ester Boserup (1965) de que, em economias agrícolas, a pressão demográfica conduz a situações que requerem mais trabalho para cada porção de alimento produzida, com vistas à obtenção de mais alimento em cada trecho de terra cultivável. Essa teoria poderia ser arqueologicamente verificável se os arqueólogos pudessem estabelecer medidas confiáveis de mudança demográfica absoluta e relativa, de intensidade de trabalho exigível e de produtividade em regimes agrícolas específicos, além de uma cronologia suficientemente precisa para especificar a relação temporal entre oscilações demográficas e produção de alimentos. Para fazê-lo, seria preciso elaborar o que Lewis Binford (1981) chama de teoria de médio alcance: a que tenta usar dados etnográficos para estabelecer relações válidas entre fenômenos passíveis de observação arqueológica e comportamento humano arqueologicamente inobservável. Embora teorias “de nível médio” e “teorias de médio alcance” não se equivalham, na medida que teorias de nível médio podem referir-se exclusivamente ao comportamento humano, ao passo que teorias de médio alcance devem reportar-se tanto ao comportamento humano quanto a traços arqueologicamente observáveis, em conjunto as teorias de médio alcance de Binford podem ser consideradas de nível médio. Teorias de médio alcance têm importância vital para o teste de todas as teorias de nível médio que se relacionam com dados arqueológicos.

Teorias de alto nível, ou teorias gerais, que Marvin Harris (1979: 26-7) chama de “estratégias de pesquisa” e David Clarke (1979: 25-30) rotulou de “modelos de controle” são definidas como regras abstratas que explicam as relações entre proposições teóricas e vêm a ser relevantes para a explicação de importantes categorias de fenômenos. O evolucionismo de Darwin e, mais recentemente, a teoria sintética da evolução biológica (que combina princípios darwinianos com genética) são exemplos de teorias gerais nas ciências biológicas. No domínio das humanidades, teorias gerais referem-se exclusivamente ao comportamento humano; neste nível, portanto, não há formulações teóricas que pertençam especificamente à arqueologia, e sim às ciências sociais em geral. Tampouco existem teorias gerais que tenham

sido universalmente aceitas por cientistas sociais, como a teoria sintética da evolução o foi pelos biólogos. Exemplos de teorias de alto nível que atualmente influenciam a pesquisa arqueológica são o marxismo (materialismo histórico), o materialismo cultural e a ecologia cultural. Todas são abordagens materialistas, portanto têm pontos em comum, em vários graus. Embora enfoques idealistas, como os presentes na antropologia boasiana do século XIX, sejam menos elegantemente articulados do que suas contrapartes materialistas, ainda assim inspiram muitas obras realizadas nas ciências sociais (Coe, 1981; Conrad, 1984). Como esses sistemas teóricos procuram inter-relacionar conceitos antes de dar conta de observações específicas, não podem ser diretamente confirmados nem invalidados (Harris 1979:76). Quanto a isso, assemelham-se a dogmas religiosos ou credos. No entanto, sua credibilidade pode ser influenciada pelo repetido sucesso ou fracasso das teorias de nível médio que deles dependem logicamente.

O teste indireto, porém, não é coisa simples. Ainda que muitas teorias de médio alcance sejam relevantes por sua capacidade de distinguir entre formas de explanação materialista e não-materialista, os cientistas sociais mostram grande ingenuidade ao descartar resultados que não estão de acordo com seus pressupostos, tratando-os como exceções, e até mesmo reinterpretando-os como confirmações inesperadas daquilo em que acreditam. Dada a complexidade do comportamento humano, há espaço suficiente para a ginástica intelectual. Chega a ser mais difícil para os arqueólogos distinguir entre as três posturas materialistas relacionadas acima. Por conta da natureza indireta dos testes, a ascensão e queda na popularidade de certas generalizações de nível alto parecem ser influenciadas mais por processos sociais do que pelo exame científico de teorias de nível médio. Entre 1850 e 1945, deu-se grande ênfase a explicações biológicas, e mais especificamente raciais, para as variações do comportamento humano. Demonstrações científicas de que explicações desse tipo não se sustentavam em instâncias específicas não tiveram força para abalar a crença, amplamente difundida entre os estudiosos, na validade genérica de uma concepção racista. No entanto, as teorias racistas foram quase totalmente abandonadas como explicação científica do comportamento humano após a derrota militar da Alemanha nazista em 1945 e a subsequente revelação plena de suas atrocidades de inspiração racista.

Em termos ideais, seria possível estabelecer uma relação lógica e coerente entre os níveis alto, médio e baixo de teoria e uma correspondência entre, de um lado, generalizações de nível médio e baixo, e, de outro, dados observáveis. Nos últimos anos, arqueólogos americanos discutiram

apaixonadamente se uma teoria de nível médio pode ser derivada dedutivamente, como uma série coerente de conceitos interrelacionados, oriundos de teorias de nível alto, ou se tem de ser construída por indução, a partir de dados e de generalizações de nível baixo. Aqueles que apoiam a linha dedutiva argumentam que explicações do comportamento humano, ao contrário de generalizações sobre o mesmo, só podem basear-se em leis de cobertura postas como hipóteses e testadas em confronto com séries independentes de dados (Watson *et al.*, 1981; Binford, 1972: 111). Os partidários dessa abordagem procuram estabelecer conexões lógicas explícitas entre teorias de nível alto e teorias de nível médio. Mas geralmente subestimam a natureza frágil, complexa e intratável das relações entre esses dois níveis. Por outro lado, os hiperindutivistas tendem a ver a teoria geral como o objetivo último, que só pode ser estabelecido depois de considerado um enorme *corpus* de generalizações confiáveis nos níveis baixo e médio (M. Salmon, 1982: 33-4; Gibbon, 1984: 35-70; Gallay, 1986: 117-24). No entanto, uma vez que numerosos postulados implícitos a respeito da natureza do comportamento humano influenciam o que se acredita ser uma explicação válida de dados arqueológicos, conceitos de nível alto só podem ser ignorados com o risco de que outros, implícitos, inconscientemente distorçam a interpretação arqueológica. A maior parte dos processos de construção teórica que logram êxito na ciência envolvem uma combinação de ambos os enfoques. Numa primeira instância, as explicações podem ser formuladas quer indutiva, quer dedutivamente. No entanto, não importa como elas sejam formuladas, seu *status* de teoria científica depende de sua coerência interna (com seus próprios elementos) e externa (com outras formas aceitas de explicação do comportamento humano); por outro lado, depende ainda da sua capacidade de estabelecer uma correspondência satisfatória não só entre tais elementos, como com quaisquer generalizações empíricas correlatas – e ainda com um *corpus* adequadamente erigido de evidência factual (Lowther, 1962).

Os arqueólogos também estão em desacordo quanto à natureza formal das generalizações que buscam realizar. Na moderna arqueologia americana, tal como geralmente acontece na tradição positivista, acredita-se que todas as leis devem ser de natureza universal. Isso significa que elas produzem afirmações acerca de relações entre variáveis, que são aceitas como válidas independentemente da época, da região do mundo ou das culturas específicas em estudo. Essas generalizações variam em escala: vão desde grandes postulações a respeito do processo histórico até regularidades que concernem a aspectos, até certo ponto, triviais do comportamento humano (M. Salmon,

1982: 8-30). Um exemplo é a economia formalista, a qual sustenta que as regras empregadas para explicar o comportamento econômico das sociedades ocidentais explicam o comportamento de todos os seres humanos. Semelhante abordagem trata de variações significativas do comportamento humano em diferentes sociedades, considerando-as como novas combinações e permutações em uma série fixa de variáveis que interagem (Burling, 1962; Cancian, 1966; Cook, 1966). Generalizações universais são freqüentemente interpretadas como reflexo de uma natureza humana invariante.

Outros arqueólogos sustentam que as leis gerais desse tipo, concernentes à natureza humana, são relativamente poucas. Um número bem maior de generalizações aplica-se apenas a sociedades que compartilhem o mesmo modo de produção, ou modos de produção muito próximos. Esta posição é similar, em sua orientação geral, à dos economistas substantivistas. Contrastando com o modo de ver dos formalistas, os substantivistas sustentam que as regras, e também as formas de comportamento econômico, são basicamente alteradas pelo processo evolutivo (Polanyi, 1944; Polanyi *et al.*, 1957; Dalton, 1961). O enfoque substantivista supõe, portanto, que novas propriedades podem emergir, e de fato emergem, em função de mudanças socioculturais; supõe também que a natureza humana pode ser transformada em consequência disso (Childe, 1947a). A distinção entre generalizações universais e outras de alcance mais restrito pode não ser tão global e absoluta como seus propugnadores pretendem. Algumas das que se aplicam apenas a tipos específicos de sociedades podem ser transpostas em termos de generalizações universais, enquanto generalizações universais podem ser reformuladas, geralmente com detalhamento maior, de modo a aplicar-se especificamente a uma determinada classe da sociedade. No entanto, aqueles que enfatizam a importância das generalizações restritas argumentam que, se não todas, pelo menos a maioria delas não podem ser transformadas em generalizações universais sem uma severa perda de conteúdo e significado (Trigger, 1982a).

O terceiro tipo de generalização tem pertinência específica, relativa a uma cultura ou a um grupo singular de culturas historicamente relacionadas. Um exemplo seria a definição dos cânones que regeram a arte do antigo Egito ou a arte grega clássica (Childe, 1974a: 43-9; Montané, 1980: 130-6). Esse tipo de generalização é potencialmente muito importante, na medida em que corresponde à maior parte da padronização cultural. Não se encontrou, porém, modo convincente de ir além da especulação na interpretação do significado de semelhante padronização no registro arqueológico em situações em que não se dispõe de documentação histórica ou etnográfica

complementar. Onde estas faltam, as regularidades permanecem como generalizações empíricas.

Desafios

Uma questão final consiste em saber se um estudo histórico tem como avaliar o progresso na interpretação de dados arqueológicos. Estarão acontecendo grandes avanços em direção a uma compreensão mais abrangente e objetiva dos achados arqueológicos, como muitos arqueólogos presumem? Ou seria a interpretação desses dados, em grande medida, uma questão de modismos, e as realizações de uma etapa posterior não se tornariam necessariamente mais amplas e objetivas que as de uma fase anterior? Examinando os padrões sucessivos que influenciaram a interpretação de dados arqueológicos, tentarei determinar até que ponto a interpretação da história e do comportamento humano foi irresistivelmente modificada a partir da atividade arqueológica. É possível, porém, que as influências sociais responsáveis por moldar uma tradição científica no passado se desnudem mais facilmente depois de mudadas as condições sociais, ao passo que as influências contemporâneas são muito mais difíceis de se reconhecer. Isso faz com que as interpretações atuais de dados arqueológicos geralmente pareçam mais objetivas que as do passado. Portanto, observações históricas por si só não distinguem necessariamente progresso objetivo de fantasias as mais variadas culturalmente compartilhadas. Para operar essa distinção, a investigação histórica tem de empenhar-se em descobrir até que ponto a irreversibilidade foi assegurada, não só pela força lógica da interpretação arqueológica, como também por sua contínua correspondência factual com uma base de dados crescente. Se isso puder ser feito, podemos ter esperança de apurar alguma coisa a respeito da objetividade, ou subjetividade, das interpretações arqueológicas; de ver até que ponto a arqueologia pode ser mais do que o passado revivido no presente (no sentido em que Colingwood definiu este processo); de avaliar o grau em que qualquer tipo de conhecimento se faz comunicável de uma época para outra – ou de uma cultura para outra – e, por fim, de estimar em que medida uma compreensão da história da arqueologia pode influenciar a interpretação arqueológica.

Para fazer justiça a esses tópicos, evitarei escrever uma história da interpretação arqueológica indevidamente calcada no presente e tentarei compreender a história intelectual de cada uma das principais correntes em seu contexto social. A fim de cingir este livro a limites razoáveis, porém, vou referir-me mais às obras que contribuíram para o desenvolvimento da interpretação arqueológica no longo prazo do que a estudos malsucedidos

e repetitivos, ou a muitas publicações que só primaram por aumentar nosso conhecimento factual de vestígios do passado. No exame que Chippindale (1983) fez da história da interpretação de Stonehenge, ele mostrou que obras desta última classe constituem a maior parte do acervo da bibliografia arqueológica.